

## SINDSEP-MG doa cestas básicas para população carente de Belo Horizonte

Solidarizar-se com aqueles que necessitam é a melhor forma de se manifestar! Foi pensando nisso que a neste dia 27/05, Dia Nacional de lutas, a diretoria do SINDSEP-MG, em razão da pandemia do coronavírus e por apoiar o isolamento social como forma de prevenção da doença, resolveu se manifestar de uma maneira diferente: ser solidária com aqueles que mais têm sofrido com o descaso das autoridades, a população carente de Belo Horizonte.

O Sindicato, por meio de seus representantes, Jussara Griffó, Rogério Expedito e José de Arimatéia, além do funcionário da Entidade, Weberton Gomes estiveram no Aglomerado da Serra, a maior favela de Minas Gerais, localizada na Zona Sul da capital. O Aglomerado é formado por oito vilas onde moram quase 40 mil pessoas. Em parceria com a Rádio Autêntica Favela FM, o Sindicato fez a doação de 50 cestas básicas e outros itens alimentícios. Todos adquiridos na Ceasaminas, em Contagem. Para evitar aglomerações, as cestas básicas foram levadas para as dependências da rádio, que posteriormente, fará a entrega às famílias.



## **Entidades emitem nota rejeitando o PL 2.633/2020 por considerar que facilita a regularização de grilagem de terras e amplia problemas fundiários, ambientais e sociais no Brasil**

Cerca de 100 entidades nacionais e regionais de diversos estados do Brasil (entre elas, a Condsef/Fenadsef e o SINDSEP-MG) assinam documento no qual denunciam que o Projeto de Lei 2.633/20, em tramitação no Congresso Nacional, traz um perigoso conjunto de medidas que se aprovadas vão facilitar a legalização de grilagem de terras, piorando enormemente o cenário de deterioração fundiária e ambiental em grandes áreas da União, com sérias e negativas consequências sociais para o Brasil. O documento foi divulgado, na manhã desta segunda-feira (25/5), nas páginas das entidades na internet.

Segundo o documento – construído por servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e suas entidades de representativas -, além de ser apresentado em plena crise da pandemia do Covid-19 no país, sem nenhuma justificativa de urgência, o PL 2.633/2020 manteve na sua essência os mesmos problemas da MP 910/2019, ou seja, a falta de justificativas técnicas e os graves riscos à gestão de terras, ao meio ambiente e à vida das populações que moram nestas áreas.

De acordo com as entidades, é inaceitável a apresentação deste Projeto de Lei quando a prioridade são as políticas públicas de saúde, providências sanitárias e de proteção econômica e social num cenário de excepcionalidade, provocado pela pandemia de Covid-19. Na avaliação delas, caso aprovado, o PL 2.633 poderá provocar a expansão da pandemia em regiões da Amazônia, em razão do aumento do desmatamento e do assédio a territórios de povos e comunidades tradicionais, como já vem se verificando nos últimos meses. Notas técnicas da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e de outras entidades governamentais e civis já apontaram que tanto a MP 910/2019 quanto o PL 2.633/2020 significam a legitimação da grilagem e a violação de leis ambientais. Sob o pretexto de “regularização fundiária” está explícito o interesse de descumprir normas e procedimentos, prevendo até a autodeclaração dos ocupantes irregulares, sem as vistorias e demais exigências legais – argumentam as notas.

Um exemplo concreto deste objetivo escuso, segundo as entidades, foi a edição de duas Instruções Normativas (nº 99 e 100, de 2019) pelo Incra após a publicação da MP 910, com o objetivo de operacionalizar os novos marcos de regularização, inclusive a dispensa de vistoria para área de até 15 módulos fiscais. Segundo diretores das entidades, a Portaria 608/2020 também vem nesse sentido, ao aprovar nova planilha de preços para a titulação, com valores abaixo do mercado.

As entidades que assinam o documento defendem que qualquer política séria de regularização fundiária deve ser feita com o cumprimento das exigências em vigor, sendo que o aumento de área passível de regularização sem vistoria atende a um público, bem diferente dos posseiros que ocupam pequenos imóveis rurais. Segundo elas, além de não beneficiar os pequenos produtores, a nova legislação prejudica o Estado e toda a sociedade ao possibilitar a venda de milhões de hectares de terras públicas a preços bem abaixo do mercado.

Destacam ainda as entidades que as políticas públicas necessárias para enfrentar a desigualdade e os conflitos no campo são a reforma agrária, a criação de unidades de conservação e o reconhecimento de terras indígenas e territórios quilombolas, a titulação dos posseiros propriamente ditos, a reversão de grandes áreas públicas ocupadas ilegalmente.

Elas consideram inaceitável a tramitação de leis de tão grande impacto sem debates prévios e democráticos, sem que se considere as questões técnicas, jurídicas e sociais envolvidas.

A íntegra do documento pode ser acessada em:

[http://www.cnasi.org.br/images/Documentos\\_2020/NOTA\\_P%C3%9ABLICA\\_SOBRE\\_MP\\_910\\_2019\\_E\\_PL\\_2.633\\_2020\\_fim.pdf](http://www.cnasi.org.br/images/Documentos_2020/NOTA_P%C3%9ABLICA_SOBRE_MP_910_2019_E_PL_2.633_2020_fim.pdf)

## **CDTN utiliza monitoramento de aerossóis atmosféricos para traçar a rota e combater o coronavírus no ar**

Mais uma “Balbúrdia” na Ciência!!! Com o objetivo de contribuir nas pesquisas que monitoram o funcionamento do novo coronavírus, responsável pela Covid-19, o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), órgão vinculado à Comissão de Energia Nuclear (CNEN) e ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC), iniciou essa semana o monitoramento do vírus em aerossóis atmosféricos em Belo Horizonte (MG).

A pesquisa, desenvolvida em parceria com o Instituto de Ciências Biológicas (ICB/UFMG), teve início na região centro-sul, onde há maior incidência da doença na cidade, e no interior e entorno de hospitais, portanto, locais de maior chance de contaminação. A perspectiva é de ampliação do estudo para demais áreas da capital mineira.

Utilizando um aparelho que permite coletar partículas pequenas contidas no ar, os pesquisadores do CDTN farão a coleta de materiais semanalmente, que serão analisados nos laboratórios do ICB, a fim de entender

melhor a rota de contaminação do coronavírus pelo ar, onde e como a contaminação é mais gerada, até que distância o vírus pode ser propagado, em que quantidade, e como evitar essa contaminação.

Segundo Ricardo Gomes Passos, pesquisador do Serviço de Análise e Meio Ambiente (SEAMA/CDTN), esse conhecimento pode contribuir nas medidas de segurança e controle dos hospitais e dos espaços públicos das cidades. Para o pesquisador, é importante conhecer melhor a rota de transmissão do coronavírus pelo ar, seu alcance, e os tipos de partículas mais propensas a transportar o vírus, de forma a orientar com mais eficácia as melhores medidas de proteção das pessoas. "Trata-se de uma rota de transmissão que pode ser muito relevante, mas que ainda não está totalmente compreendida para esse novo coronavírus".

Além dessa pesquisa diretamente relacionada ao combate à Covid-19, o monitoramento dos aerossóis atmosféricos também está sendo realizado para entender melhor o impacto das fontes de poluição urbana na qualidade do ar nas cidades.

O monitoramento durante a pandemia, período de menor circulação de veículos, auxilia no avanço dessas pesquisas. O Diretor do CDTN, Luiz Ladeira, afirma que a equipe de especialistas em meio ambiente tem buscado cada vez mais formas de orientar políticas de ação e combate à Covid-19, e que esse é um dos compromissos do Centro com a sociedade. "Nesse estágio atual que estamos frente a pandemia, o compromisso do CDTN com a ciência se acirra, e por isso todo o conhecimento do Centro será disponibilizado para o combate ao coronavírus", explica.

### **Bolsonaro é denunciado na OEA por violações sanitárias e desmatamentos**

O governo de Jair Bolsonaro foi denunciado na Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), por violações dos direitos humanos diante da pandemia de covid-19 e pelo desmatamento na Amazônia.

Segundo o jornal Estado de Minas, defensores dos direitos humanos foram ouvidos e relataram violações contra a sociedade brasileira "em especial as mais pobres e vulneráveis". A omissão do presidente diante do combate ao coronavírus também foi denunciada, assim como a desinformação e negacionismo sobre a gravidade da doença.

Outro ponto abordado no encontro, segundo o jornal, foram as manifestações bolsonaristas que contrariam as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e que vem contando com o apoio e a presença do presidente.

### **Desmatamento**

A Human Rights Watch denunciou o desmatamento ilegal na Amazônia. Na reunião virtual, a entidade enfatizou que o governo suspendeu multas por desmatamento desde outubro de 2019. Apenas cinco multas ambientais foram cobradas desde então.

A entidade também apontou dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostram um aumento de 53% no desmatamento da Amazônia entre outubro de 2019 e abril de 2020, se comparado ao período anterior.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) emitiu um comunicado nesta terça-feira (26), no mesmo sentido da denúncia.

"Apenas durante o período da pandemia, o ministro do Meio Ambiente: (I) demitiu o diretor de proteção ambiental do Ibama e dois servidores que chefiavam as fiscalizações contra a atuação de garimpeiros em terras indígenas do Pará; (II) anulou a regra que definia que o Ibama deveria autorizar a saída dos carregamentos de madeira exportados da Amazônia em 2019; e (III) pressionou os parlamentares para a aprovação da MP 190, conhecida como 'MP da grilagem', recentemente transfigurada no PL 2633/2020", apontou a entidade.

### **Contratação de militares para o INSS pode ser suspensa**

A contratação dos militares é considerada um ponto central da estratégia do governo Bolsonaro para reduzir a fila do INSS, mas enfrenta resistências de diversos setores da sociedade civil, do Judiciário e mesmo dentro do TCU, que veem com preocupação o aumento da presença de militares em funções destinadas a servidores civis

A área técnica do tribunal, conforme parecer obtido pelo Estadão, defende a suspensão de todo o processo, que está em fase final para a contratação dos selecionados. O impasse será decidido hoje (27), pelos ministros da Corte de Contas.

O Estadão apurou que o relator do processo, ministro Bruno Dantas, resolveu levar a decisão diretamente para a análise do plenário. Esse deve ser o item número um da pauta do TCU.

Em janeiro, o TCU questionou o recrutamento dos militares para atuar na fila do INSS. O ministro Dantas fechou um acordo com o Ministério da Economia para que aposentados do INSS também pudessem participar da seleção com os militares.

Na época, diante das dificuldades apontadas pelo governo para a redução da fila, o relator havia manifestado o entendimento de que, embora não fosse o desejado, o recrutamento de aposentados do INSS e militares poderia ser aceito excepcionalmente. O governo, então, começou a seleção. A ideia inicial do Ministério da Economia era chamar 8 mil militares.

O Ministério Público junto à Corte de Contas pediu a medida cautelar (provisória) para suspender a contratação de militares da reserva das Forças Armadas. No parecer, a área técnica do tribunal considera temerária a contratação de militar inativo das Forças Armadas para o desempenho de atividades civis na administração pública.

Uma das possibilidades, segundo técnicos, é os ministros do TCU suspenderem apenas a contratação dos militares e seguir o trabalho com os servidores aposentados do INSS.